

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ENCERRADAS EM 31.12.2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ÁVIDA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S. A.**, pessoa jurídica de direito privado, com fins econômicos, de duração indeterminada, com sede e foro na Rua Ney Lambert, n.º 100, Bairro Belvedere, Belo Horizonte - MG., tem como principais atividades: A participação em outras sociedades, com ou sem o controle acionário, visando nesse caso apenas a obtenção de dividendos e a valorização dos ativos mobiliários das sociedades; A compra e venda de imóveis próprios; E a administração de obras de engenharia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, aqui compreendidas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado (DRE) e Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido (DMPL) foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e preceitos da Legisla o Comercial, Lei n  10.406/2002 e demais legisla es aplicáveis. A Demonstra o do Fluxo de Caixa, (DFC) foi suprimida conforme faculta o   6 , do artigo 176, da Lei 6.404/1976, com reda o dada pela Lei n.  11.638,2007.

3. POLÍTICA CONTÁBIL

As principais práticas contábeis adotadas na elabora o das demonstra es contábeis levaram em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000 - Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) adequadas pelo Comit  de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

4. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTA O

As demonstra es contábeis estão apresentadas em REAIS, que   a moeda funcional da empresa. Assim, os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstra es contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidas para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perda resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

5. TESTE DE RECUPERABILIDADE PARA ATIVOS (IMPAIRMENT)

A administra o da empresa fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvaloriza o e conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da venda ou do uso, dispensando assim a realiza o dos testes efetivos de Impairment, conforme prevê a Se o n  27 da NBC TG 1000.

6. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e os passivos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na Se o n  21 da NBC TG 1000 expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

7. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

7.1. Ativos Circulantes

A classificação das contas é realizada com base no que determina a NBC TG 1000, item 4.5, sendo classificado como circulante quando:

- Espera realizar o ativo, ou pretende vendê-lo ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade;
- O ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação;
- Espera realizar o ativo no período de até 12 meses da data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalentes de caixa.

7.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Esse grupo corresponde aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, cujos saques podem ser efetuados a qualquer momento com grau de riscos insignificantes de alterações de valor.

7.3. Demais Ativos Circulantes

Os demais Ativos Circulantes são apresentados no valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

7.4. Ativos não Circulantes

7.4.1- Empréstimos a Terceiros

No dia 23/02/2021 foi concedido um Empréstimo junto a empresa JME Participações S.A, conforme contrato de Mútuo, sendo feito um repasse no valor de R\$ 1.401.504,17 (Um milhão quatrocentos e um mil quinhentos e quatro reais e dezessete centavos), gerando com isso a incidência do tributo IOF no valor de R\$ 26.802,17 (Vinte e seis mil oitocentos e dois reais e dezessete centavos).

No dia 02/07/2021 foi concedido outro Empréstimo junto a empresa JME Participações S.A, conforme contrato de Mútuo, sendo feito um repasse no valor de R\$ 1.673.020,24 (Um milhão seiscentos e setenta e três mil vinte reais e vinte e quatro centavos, gerando com isso a incidência do tributo IOF no valor de R\$ 31.994,60 (Trinta e um mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

7.5. Investimentos

7.5.1 - Participações Societárias

Os investimentos são mensurados pelo custo de aquisição e representa a participação da empresa em outras sociedades.

Já os investimentos em sociedades controladas passaram a ser avaliados neste exercício pelo método de equivalência patrimonial. Sendo assim o resultado reconhecido em 31/12/2021, como receita ou despesa operacional, compreende desde o exercício de início da participação até a referida data.

Em 31.12.2021 foi contabilizado o resultado da Equivalência Patrimonial realizada com base no patrimônio líquido da coligada BRZ Empreendimentos e Construções S.A., CNPJ 04.065.053/0001-41, como receitas no valor de R\$ 62.817.051,00 (sessenta e dois milhões oitocentos e dezessete mil e cinquenta e um reais), correspondendo o percentual de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) de participação da investidora.

Em 31.12.2021 foi contabilizado o resultado da Equivalência Patrimonial realizada com base no patrimônio líquido da coligada Monte Líbano Incorporações Imobiliárias S/A., CNPJ 22.875.061/0001-35, como despesas no valor de R\$ 124.507,52 (cento e vinte e quatro mil quinhentos e sete reais e cinquenta e dois centavos), representando o percentual de 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) de participação da investidora.

Em 31.12.2021 foi contabilizado o resultado da Equivalência Patrimonial realizada com base no patrimônio líquido da coligada Aliança Holding e Participações C&T Ltda., CNPJ 32.588.989/0001-92, como despesas no valor de R\$ 1.402.321,42 (um milhão quatrocentos e dois mil trezentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos), representando o percentual de 50,00% (cinquenta por cento) de participação da investidora.

Conforme Portaria ME n.º 410 de 16/12/2020 do Ministério da Economia, que atribuiu efeito vinculante à Súmula CARF n.º 137 os resultados positivos decorrentes da avaliação de investimentos pelo método da Equivalência Patrimonial não integram a base de cálculo do IRPJ ou da CSLL na sistemática do lucro presumido, razão pela qual os mesmos não foram provisionados.

7.6. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado foi inicialmente registrado pelo valor do custo histórico, sendo considerados como custo todos os valores necessários para que o imobilizado estivesse à disposição da administração.

As alíquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, não sendo estabelecido valor residual para fins de cálculo através do método linear, em conformidade com a NBC TG 1000 e Anexo III da Instrução Normativa RFB n.º 1.700/2017.

7.7. Passivos Circulantes

A classificação das contas é realizada com base no que determina a NBC TG 1000, item 4.7, sendo classificado como circulante quando:

- Espera-se liquidar um passivo durante o ciclo operacional normal da entidade;
- O passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação;
- O passivo for exigível no período de até 12 meses após a data de encerramento das demonstrações contábeis;
- Ou a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de divulgação.

7.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos e mantidos no Balanço Patrimonial pelo seu valor nominal acrescido dos devidos encargos financeiros.

7.9. Dividendos a Pagar

As retiradas efetuadas pelos acionistas referem-se à distribuição de dividendos ocorrida proporcionalmente às ações de cada acionista, observando-se sempre a disponibilidade de caixa e as disposições legais previstas no regulamento do Imposto de Renda.

7.10. Passivo não Circulante

Os valores registrados no Passivo não Circulante também são demonstrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses débitos, acrescidos, quando for o caso, dos devidos encargos financeiros.

7.11. Capital Social

O Capital Social na monta de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) encontra-se totalmente integralizado.

7.12. Regime de Tributação

O regime de tributação adotado é o Lucro Presumido. Essa sistemática é regulamentada pelos artigos 587 a 601 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto N.º 9.580 de 22 de novembro de 2018). O imposto, com base

no lucro presumido, foi determinado em períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro do ano calendário (Lei 9.430/1996, artigos 1º), sendo os percentuais de presunção para a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social de 32,00% sobre a Receita Bruta.

8. DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado foi apurado trimestralmente e está em obediência ao regime de competência. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a [Lei nº 10.406/2002](#) e demais legislações aplicáveis, especialmente a [NBC TG 1000](#).

9. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000 (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas.

10. CONTABILIDADE TERCEIRIZADA

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional e, estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei nº 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimento. A responsabilidade profissional do contabilista que referendam estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2021.

FERNANDO CÉSAR BORGES DE SOUZA
CONTADOR – CRC: MG-064.799/O-2
CPF: 025.805.596-04